

Bruxelas, 24 de Outubro de 2007

UE intensifica combate ao trabalho não declarado

O trabalho não declarado ainda é um problema na Europa e está a minar a capacidade da UE para cumprir os seus objectivos de mais e melhores empregos e de um crescimento mais forte, adianta um novo relatório da Comissão Europeia publicado hoje. Este relatório indica os principais elementos impulsionadores da economia informal, apresenta medidas eficazes para a reduzir e propõe uma série de acções concretas de acompanhamento a nível europeu e nacional. Novos dados do Eurobarómetro - que efectuou o primeiro inquérito harmonizado à escala europeia sobre esta questão sensível - confirmam a existência em toda a UE de um vasto mercado para o trabalho não declarado.

«A economia paralela mina o financiamento dos sistemas de segurança social, impede as boas políticas económicas e pode conduzir ao *dumping* social», declarou Vladimír Špidla, Comissário responsável pelo Emprego. «Não há sinais de que o fenómeno esteja a diminuir, pelo contrário, em certos sectores e relativamente a certas formas de trabalho parece estar a aumentar. Embora algumas das iniciativas nacionais para combater o trabalho não declarado tenham sido bem sucedidas, precisamos de intensificar a nossa abordagem e tomar medidas mais decisivas em toda a UE.»

Fenómeno complexo, influenciado por grande número de factores, o trabalho não declarado requer uma abordagem equilibrada que combine prevenção, fiscalização e sanções. Tradicionalmente, as elevadas taxas de tributação e de contribuições para a segurança social, bem como a pesada carga administrativa são vistas como propulsores do trabalho não declarado, mas também há uma tendência crescente para considerar a subcontratação e o falso trabalho independente. Por fim, em alguns Estados-Membros, a aplicação de disposições transitórias a trabalhadores dos novos Estados-Membros aumentou consideravelmente o recurso ao trabalho não declarado.

A análise das recentes medidas políticas adoptadas nos Estados-Membros oferece uma imagem mitigada, na qual persistem dificuldades a par de experiências mais encorajadoras. A tributação do trabalho apenas foi reduzida na UE de forma marginal, por exemplo, mas poderiam ser criados mais empregos em situação regular através da redução da burocracia e da simplificação da inscrição. Além disso, a fixação de salários mínimos pode contribuir para a redução da prática de remunerações não declaradas, ao passo que a tributação mais elevada das horas extraordinárias tende a incentivar esta prática. A cooperação reforçada entre administrações fiscais/organismos de segurança social e inspecções do trabalho desempenha igualmente um papel fundamental. A celebração de acordos específicos entre governos e parceiros sociais permitiu soluções inovadoras, como o «cartão profissional» para os trabalhadores da construção.

Como acompanhamento da presente comunicação, a Comissão propõe as seguintes medidas:

- redução mais significativa da tributação do trabalho e diminuição da carga administrativa no âmbito da estratégia da UE para o crescimento e o emprego;
- revisão das disposições transitórias o mais depressa possível pelos Estados-Membros e, em qualquer caso, antes do início da próxima fase em 2009. Num contexto de retracção do mercado de trabalho em muitos Estados-Membros, estas disposições, que limitam a mobilidade de trabalhadores provenientes dos novos Estados-Membros constituem um exemplo flagrante do peso da burocracia;
- simplificação de intercâmbios de boas práticas, avaliação mais sistemática das políticas e melhor quantificação do trabalho não declarado no contexto do novo programa PROGRESS da UE;
- análise da viabilidade de uma plataforma europeia para cooperação entre inspecções do trabalho e outras entidades responsáveis pela aplicação da lei;
- consideração dos problemas relativos ao trabalho não declarado no âmbito dos princípios comuns relativos à flexigurança, que estão actualmente a ser desenvolvidos;
- participação activa de representantes dos trabalhadores e dos empregadores no combate ao trabalho não declarado.

O novo inquérito Eurobarómetro hoje publicado revela que o trabalho não declarado se encontra particularmente generalizado na Europa do Sul e na Europa Oriental. Na UE, 5% dos trabalhadores por conta de outrem admite receber remunerações não declaradas, com variações que vão de 3% ou menos na maior parte dos países continentais, no Reino Unido e na Irlanda, até mais de 10% em alguns dos países da Europa Central e Oriental. O trabalho não declarado está mais concentrado entre os estudantes, os desempregados e os trabalhadores independentes, apresentando uma incidência mais elevada nos sectores da construção e dos serviços prestados às famílias. A percepção do risco também é relevante: as pessoas que consideram diminuto o risco de serem descobertas recorrem com maior facilidade ao trabalho não declarado.

A próxima reunião do Conselho de 6 de Dezembro constituirá uma primeira ocasião para um debate político sobre o modo de combater mais eficazmente o trabalho não declarado.

Mais informações:

Comunicação relativa ao trabalho não declarado

http://ec.europa.eu/employment_social/news/2007/oct/undeclared_work_en.pdf

Inquérito Eurobarómetro sobre o trabalho não declarado

http://ec.europa.eu/public_opinion/index_en.htm

Contexto

http://ec.europa.eu/employment_social/employment_analysis/work_en.htm

Vídeo informativo sobre direito do trabalho

<http://www.tvlink.org/vnr.cfm?vidID=263>